

Os impasses do populismo no marxismo latino-americano

André Kaysel

Professor Adjunto de Ciência Política da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA)

Os impasses do populismo no marxismo latino-americano

Resumo: este artigo procura discutir os principais impasses teórico-metodológicos em torno do debate sobre o “populismo” em algumas obras do marxismo latino-americano. Para tanto, discutirei o problema da relação entre as categorias de “classe” e “povo”, confrontando duas abordagens alternativas: uma que denominarei como “histórico-estrutural”, ou ainda como “teoria do populismo”, e outra, calcada na análise do discurso. Por fim, concluirei defendendo que o populismo deve ser pensado, menos como um conceito ou chave explicativa, do que como um problema que revela as dificuldades dos marxistas de lidar com as formas concretas de expressão dos subalternos na vida política do subcontinente.

Palavras-chave: 1. Marxismo; 2. Populismo; 3. América Latina.

The stalemates of populism in Latin American Marxism

Abstract: This article aimed at discussing the theoretical and methodological shortcomings around the debate on populism in some Latin American Marxist Works. For this, it was addressed the issue of the relationship between the categories of “class” and “people”, by comparing two alternative approaches: the first one that was called “historical-structural”, or else as “populism theory”, and the second one was based on discourse analysis. As a conclusion, it was stated that populism, rather than a concept or an explicative key, should be thought as an issue that reveals the difficulties Marxists face when dealing with the concrete forms of participation of the subaltern in the subcontinent’s political life.

Keywords: 1. Marxism; 2. Populism; 3. Latin America.

É habitual iniciar as apreciações sobre o populismo aludindo-se a seu caráter vago e impreciso (LACLAU, 2005, p. 3). Tal vagueza é bem ilustrada pelo paradoxo de que, dentre os diversos movimentos, partidos e regimes que moldaram a política na América Latina durante o século XX, *nenhum* reivindicou essa classificação, embora pouquíssimos tenham escapado a ela (MACKINNON; PETRONE, 2011, p. 12). Essa situação peculiar aponta para outra característica deste termo: sua fortíssima carga normativa, para não dizer pejorativa. Como bem assinalou Margareth Cannovan, as dificuldades enfrentadas pelos acadêmicos para enquadrar o populismo dizem muito a respeito das posições destes mesmos acadêmicos frente aos fenômenos que procuram compreender (CANNOVAN, 1981, p. 11).

Dentre as diversas correntes teóricas que alimentam a controvérsia acerca do populismo na América Latina, o marxismo ocupa um lugar de destaque. Inclusive, pode-se afirmar com alguma segurança que sua vertente terceiro-internacionalista foi uma das portas de entrada do termo no vocabulário político da região, ainda em finais da década de 1920.¹

O objetivo deste artigo é o de discutir os problemas teórico-metodológicos subjacentes aos usos da categoria de “populismo” em parte da bibliografia latino-americana influenciada pelo marxismo. Nas páginas que se seguem, começarei por uma discussão das principais contribuições no interior do que denomino aqui como abordagem “histórico estrutural”, ou ainda “teoria do populismo”, isto é: um conjunto de leituras que, em que pese sua heterogeneidade, se aproximam por considerar o populismo como expressão

¹ Não tenho condições de desenvolver o tema aqui, mas alguns dos usos mais precoces do vocábulo podem ser encontrados nas polêmicas entre o comunista cubano Julio Antonio Mella e o líder da APRA peruana Victor Raúl Haya de La Torre e entre este último, seu compatriota José Carlos Mariátegui e a Internacional Comunista, entre 1928-1929. Tratei do tema em trabalho recente, ver em Kaysel (2014, cap. 1).

política de uma “fase” ou “etapa” do desenvolvimento histórico da região.² No interior desse conjunto, enfatizarei as contribuições de Francisco Weffort e Octávio Ianni.

Segundo a hipótese deste artigo, as insuficiências da “teoria do populismo” se explicariam pela oposição pressuposta entre o conceito de “classe”, tido como “objetivo”, e a noção de “povo”, tida como “subjetiva” e “ideológica”. Procurarei indicar como as identidades de classe, ao se constituírem no plano ideológico, podem ser articuladas em identidades “populares” mais amplas, inclusive como condição de possibilidade da disputa de hegemonia. A partir daí, tratarei de uma perspectiva alternativa àquelas pertencentes à teoria do populismo, calcada na análise do discurso, baseando-me, para tanto, na primeira obra sobre o tema do argentino Ernesto Laclau e nas críticas que recebeu de Juan Carlos Portantiero e Emilio Di Ipola.³

Por fim, concluirei propondo que o populismo, ao invés de ser pensado como um conceito ou como uma chave explicativa da política latino-americana, deve ser visto como um problema, que diz mais sobre as dificuldades dos intelectuais de pensar as formas concretas de expressão política dos subalternos, do que sobre essas mesmas formas.

Como as primeiras elaborações mais sistemáticas de intelectuais marxistas sobre o populismo latino-americano foram formuladas, entre os anos 1960 e 1970, em diálogo crítico com a sociologia estrutural-funcionalista de inspiração estadunidense, creio que se deve começar pelo exame das contribuições desta corrente teórica.

Caracterizando a modernização como a transição entre dois tipos radicalmente distintos, “sociedade tradicional” e “sociedade moderna”, a sociologia funcionalista identificava o problema da modernização na América

² Aqui utilizo a expressão “teoria” no sentido proposto por Aggio (2003) para quem o uso do termo como chave explicativa da política latino-americana, como ocorreria nas abordagens de Germani, Di Tella, Ianni e Weffort, constituiria uma autêntica “teoria do populismo”. Assim, tomo esta formulação como uma sugestão ou provocação intelectual mais do que como uma afirmação literal, isto é, no sentido da existência de uma teoria acabada ou sistemática do populismo, o que claramente não é o caso.

³ Não tratarei aqui da guinada pós-estruturalista de Laclau (LACLAU; MOUFFE, 2001) e seu posterior retorno ao populismo (LACLAU, 2005), pois fazê-lo levantaria problemas que escapam aos limites deste trabalho.

Latina na incapacidade de os mecanismos institucionais de integração de canalizar a mobilização vertiginosa das camadas populares, as quais viveriam uma “revolução de expectativas” em seus padrões de consumo, culturais e políticos (GERMANI, 1974, p. 175; DI TELLA, 1969, p. 82).

Tal frustração das perspectivas de integração geraria massas disponíveis desprovidas de tradições de auto-organização (*ibid.*, p. 87). Os movimentos “populistas” resultariam do encontro de tais massas com elites civis e militares interessadas em transformar a ordem vigente, as quais canalizariam a mobilização popular “de cima para baixo” (GERMANI, 1974, p. 172-173). Esses movimentos caracterizar-se-iam pelo forte apoio popular, a heterogeneidade de sua base social e uma vaga ideologia *anti-establishment* (DI TELLA, 1969, p. 85-86).

Curiosamente, a perspectiva da sociologia da modernização, que associava o populismo à uma etapa do desenvolvimento político da sociedade, se aproxima da perspectiva de autores brasileiros de inclinações nacionalistas. Um exemplo é o artigo, não assinado, em geral atribuído a Hélio Jaguaribe, na revista *Cadernos do Nosso Tempo*, que emprega o conceito para caracterizar o “adhemarismo” como forma personalista de relação líder/massa (AUTOR NÃO IDENTIFICADO, 1954). Outro caso é o de Alberto Guerreiro Ramos, o qual aborda o populismo como uma forma personalista de relação entre um líder político e uma massa trabalhadora ainda não organizada, a ser superada pela política ideológica (RAMOS, 1961).

Na década de 1960, a teoria da modernização passou a ser criticada por intelectuais influenciados pelo marxismo e pelas novas “teorias da dependência”.⁴ Estes pensaram o populismo pelo ângulo das transformações nos padrões de acumulação capitalista na América Latina e dos consequentes

4 Ponho o termo no plural pois há pelo menos duas vertentes da chamada “teoria da dependência”. De um lado, há a vertente do “desenvolvimento associado”, representada principalmente por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. De outro, desenvolveu-se a corrente do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, cujos principais expoentes foram André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Teotônio dos Santos. Aqui, me referirei somente a primeira vertente, visto que foi ela que impactou a formação de uma “teoria do populismo”. Os adeptos da segunda corrente, por seu turno, não parecem ter feito recurso à categoria, preferindo, em análises políticas, o uso direto de conceitos marxistas clássicos como “bonapartismo”, como fica claro em Marini (2001, p. 30, 37 e 40). Para uma discussão das abordagens da dependência, conferir Love (1996).

rearranjos na estrutura de classes. Um bom exemplo é o conhecido ensaio de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, para os quais as condições para a emergência do populismo seriam dadas pela crise do “padrão de desenvolvimento para fora” – caracterizado pelas economias primário-exportadoras – pelo “padrão de desenvolvimento para dentro”, centrado na industrialização substitutiva de importações (ISI) (CARDOSO; FALETTO, 1970). Esse novo padrão de acumulação conduziria a arranjos nacional-desenvolvimentistas (ou populistas) que uniriam a burguesia industrial e os trabalhadores organizados. A crise desses arranjos seria assinalada pelo advento da “dependência associada”, nos quais o capital multinacional se associaria com os capitais locais, gerando uma ruptura destes com a classe operária no plano político.

Mais diretamente influenciado por uma perspectiva marxista, o cientista político Francisco C. Weffort forneceria uma das explicações do populismo mais conhecidas para o caso do Brasil. Em um de seus primeiros trabalhos, Weffort afirma que as massas populares foram um “parceiro-fantasma” ao longo do período 1930-1964, pois sua intervenção na política era sempre uma possibilidade, mas que nunca teria chegado a se concretizar. Segundo o autor, em todos os momentos decisivos, os rumos políticos do país eram decididos entre os quadros da elite, os quais apenas empregavam a possibilidade da ação das massas como *blefe* (WEFFORT, 2003, p. 13).

O conceito de populismo do autor parte de um diagnóstico de que no Brasil – entre 1930 e 1964 – teria se formado uma crise de hegemonia das velhas elites agrárias, sem que uma hegemonia burguesa a substituísse (*ibid.*, p. 53). Daí a constituição de um “estado de compromisso” entre as classes dominantes, a partir do qual o Estado ganharia autonomia, legitimando-se por meio do apoio das massas populares, destituídas de tradições de auto-organização e consciência de classe (*ibid.*, p. 56). Tal esquema analítico é explicitamente tributário do conceito de “bonapartismo”, desenvolvido por Marx em *O Dezoito Brumário* (1984), e, embora não o cite, pode ser também associado ao conceito gramsciano de “cesarismo” (GRAMSCI, 2002). Ambas as categorias remetem à autonomização do Estado frente às classes sociais devido a um equilíbrio transitório no antagonismo entre estas últimas. Para Weffort, a transitoriedade do arranjo populista seria evidenciada pela crise conducente ao golpe de 1964,

na medida em que o acirramento do conflito de classes diminuiria a margem do “Estado de compromisso” (WEFFORT, 2003, p. 63-64).

Para o autor, a crise de 1964 resultaria da impossibilidade, diante dos novos problemas enfrentados pela sociedade brasileira, de se atingir uma solução de compromisso entre as frações conservadoras e reformistas das elites, as quais mantinham feições oligárquicas em seu conjunto e se revelavam incapazes de fazer frente aos novos desafios.

Outra leitura marxista sobre o tema pode ser encontrada na obra do também brasileiro Octávio Ianni. Para este autor, bastante próximo das posições de Cardoso e Falletto, o populismo teria se caracterizado como uma política de alianças de classe, unindo a burguesia industrial e o proletariado urbano, a qual daria sustentação às políticas da ISI (IANNI, 1968). Esse arranjo policlassista teria entrado em crise com a passagem do padrão de acumulação da ISI para outro, dependente-associado, levando ao “colapso do populismo” e sua substituição pelo regime militar. Ao contrário de Weffort, Ianni procurou ampliar seu raciocínio para o âmbito continental. O autor também se inclina para a leitura do populismo como fenômeno bonapartista, o que seria um traço comum dos governos de países “semicoloniais” (IANNI, 1991, p. 46). Contudo, ressalva que, se na França de Louis Bonaparte ou na Rússia de Kerensky, o bonapartismo se basearia no equilíbrio entre as classes antagônicas, no caso do populismo latino-americano a contradição principal seria entre a coalizão policlassista e o capital imperialista (*ibid.*, p. 48).

Para Ianni, o populismo seria a política da passagem de um padrão de acumulação primário-exportador, em crise, para o industrial, caracterizando-se por uma ideologia nacionalista e anti-imperialista, contida dentro dos limites impostos pelo capitalismo (*ibid.*, p. 48-49). Porém, como as economias latino-americanas ocupariam uma posição periférica neste sistema, o anti-imperialismo populista jamais seria plenamente consequente (*ibid.*, p. 51-52). Além disso, dada a desigualdade de poder entre as classes que compoariam a coalizão, prevaleceria o anti-imperialismo burguês, o qual tenderia, em especial em momentos de radicalização dos trabalhadores, a pactuar com os interesses estrangeiros (*ibid.*, p. 54).

Resultantes do declínio da *dominação* oligárquica, da qual seriam causa e consequência, os regimes populistas, por conta de sua base de apoio operária, se

distinguiriam de movimentos antioligárquicos anteriores de classe média, embora continuassem a apresentar um compromisso com os valores pequeno-burgueses (*ibid.*, p. 59). As condições de possibilidade do populismo se encerrariam com a passagem da luta de massas para a luta de classe, o que conduziria a uma ruptura dos pactos populistas.

Esse conjunto de leituras histórico-estruturais do populismo bebe em fontes bastante variadas: do funcionalismo parsoniano e da teoria da modernização de Seymour Lipset ao *18 Brumário* de Marx, à teoria do imperialismo de Lênin e à categoria do “desenvolvimento desigual e combinado” de Trotsky, passando pelo desenvolvimentismo da CEPAL. Como não poderia deixar de ser, essa diversidade de referências teóricas dá origem a perspectivas também distintas. Enquanto as formulações mais influenciadas pelo funcionalismo ou pela sociologia da modernização tendem a ver o chamado “populismo” como um fenômeno “pré-ideológico” ou “não-ideológico” – como nos casos de *Cadernos do Nosso Tempo* e Guerreiro Ramos –, autores marxistas como Weffort procuram apontar no populismo justamente uma determinada forma de ideologia: no caso, o culto pequeno-burguês do Estado como um ente que paira acima das classes sociais.

Já entre os marxistas, também existem diferenças importantes. Enquanto Weffort enfatiza no populismo o traço bonapartista da autonomização do Estado, Ianni dá mais peso à aliança poli-classista entre a burguesia, a pequena-burguesia e o proletariado, em oposição ao imperialismo e à oligarquia. Essas distintas ênfases refletem opções teóricas também diversas. Se Ianni se coloca claramente em uma perspectiva dependentista, Weffort, ainda que em um primeiro momento a tenha adotado, a rejeitou posteriormente na medida em que, segundo ele, a teoria da dependência seria ideológica por privilegiar o conflito centro/periferia e não as contradições de classe. Para Weffort, ainda que criticassem os que se colocavam no campo do nacional-desenvolvimentismo, os teóricos da dependência não deixariam de fazer parte desse campo, constituindo uma versão mais radical desse nacionalismo reformista (WEFFORT, 2003, p. 193). Falar em “dependência estrutural” seria, nesse sentido, a tentativa de conciliar duas abordagens: um primeiro, que tomaria a nação como premissa e um segundo, que partiria das classes e relações de produção (*ibid.*, p. 194).

Porém, em que pese essa diversidade, é possível advertir alguns traços semelhantes. Primeiramente, como já foi dito, todos os autores explicam o populismo a partir de transformações na estrutura socioeconômica, em geral a crise da dominação oligárquica e sua base material (a economia primário-exportadora) e a passagem para uma sociedade burguesa e industrial. Além disso, todos contrapõem o modo singular pelo qual teria se dado essa transição, em comparação com as economias centrais.

Assim, seja nas interpretações funcionalistas, seja nas marxistas-dependentistas, o populismo aparece como uma forma desviante da política: no primeiro caso, em relação ao paradigma liberal-democrático e, no segundo, em relação aos partidos operários e ideologias socialistas. As classes trabalhadoras ou subalternas aparecem, de modo geral, sob o signo da ausência de auto-organização ou “consciência de classe”, o que as tornaria heterônomas e disponíveis à incorporação “pelo alto”. Enfim, o juízo sobre a política e a sociedade na América Latina é, via de regra, pejorativo, sempre em contraste com os casos do capitalismo avançado (MACKINNON; PETRONE, 2011, p. 43).

Por fim, sendo fruto de condições histórico-estruturais peculiares, o populismo seria também um fenômeno circunscrito a tais condições, fadado a ser superado juntamente com elas. Daí a caracterização reiterada do populismo como arranjo político que sustentaria a industrialização por substituição de importações (MITRE, 2008). A crise desta última conduziria inexoravelmente a crise do primeiro.

É certo que tais julgamentos negativos devem ser entendidos, não apenas nos quadros das referências teóricas mobilizadas, como também no dos contextos políticos nos quais foram elaborados. No caso de Germani e Di Tella se tratava do conflito entre elites intelectuais e camadas populares emergido com o advento do peronismo na Argentina. Já nos casos de Cardoso e Falleto, Weffort e Ianni, seria o do impacto sobre a intelectualidade de esquerda das derrotas de governos reformistas frente aos golpes militares, em particular, o caso de João Goulart no Brasil.⁵

⁵ O peso decisivo do contexto pós-1964 pode ser bem observado nas críticas de Ianni (1968) e Weffort (1978a; 1978b; 1979) à política de aliança entre comunistas e trabalhistas.

Como assinala Alberto Aggio, o populismo, nessas interpretações, deixa de ser apenas um conceito e passa a constituir uma chave explicativa, ou mesmo uma “teoria” abrangente da história e da política latino-americanas (AGGIO, 2003, p. 162). O problema é que tal teoria de conjunto, por seus pressupostos negativos, acaba por privilegiar sobretudo os aspectos conservadores dos modos de incorporação dos grupos subalternos à vida política da região, deixando em segundo plano os aspectos progressistas. Assim, este conjunto de autores acabaria por perder de vista o caráter altamente contraditório do processo de modernização do subcontinente, mesmo que o reconhecessem em tese. No caso dos funcionalistas, o problema está na leitura evolutiva que fazem das sociedades, segundo a qual o auge da modernidade corresponderia às democracias liberais. Já no dos marxistas, me parece que essa dificuldade se deve a certos pressupostos não-declarados da análise, a saber, uma leitura que associa determinados conteúdos discursivos, tais como “povo” ou “nação”, a uma posição ideológica “burguesa”, ou “pequeno-burguesa”, hipótese que explorarei mais adiante.

Há, contudo, trabalhos que, ao mesmo tempo em que procuram dar um enquadramento histórico-estrutural ao fenômeno, tentam se afastar de tais pressupostos normativos. Um exemplo nessa direção pode ser encontrado na obra de Luís Werneck Vianna (1976), que se detém nas relações entre Estado e sindicato no Brasil entre a Revolução de 1930 e o golpe de 1964. Ao invés de pensar a estrutura sindical corporativista através do conceito de populismo, como fizeram Weffort ou Ianni, Vianna procura interpretá-la por meio de categorias como as de “via prussiana”, de Lênin, e de “revolução passiva”, de Gramsci, pensando o regime que emergiu a partir de 1930 como uma modalidade de modernização pelo alto.

Outra interpretação macroestrutural alternativa às abordagens clássicas do populismo pode ser encontrada no ensaio de Murniz e Portantiero sobre o movimento operário argentino e as origens do peronismo, o qual questiona o modelo que procura explicar a adesão do operariado aos movimentos populistas com base na dicotomia entre um “velho operariado” – autônomo, integrado à modernidade e com consciência de classe – e um “jovem

operariado”, recém-chegado do campo, heterônimo, mal integrado e desprovido de consciência de classe (MURMIZ; PORTANTIERO, 1969, p. 8).⁶

Para Murmiz e Portantiero, não só os “velhos” operários e suas organizações sindicais teriam tido um papel importante na ascensão do peronismo, como as imagens de passividade e heteronomia não corresponderiam à mobilização dos trabalhadores, “velhos ou “novos”, então ocorrida. Por fim, os trabalhadores teriam se incorporado em uma aliança de classes baseada em interesses, e não sido incorporados de modo heterônimo e atomizado (*ibid.*, p. 20).

Desse modo, os dois autores procuram substituir o modelo sociológico então prevaiente por uma explicação alternativa baseada numa análise gramsciana da constituição de um bloco de classes para entender o peronismo.

Entretanto, para que se possa oferecer uma alternativa teórica ao que estou denominando como “teoria do populismo”, faz-se necessário compreender de antemão quais suas falhas principais. Não creio que estas se restrinjam às obras discutidas de Weffort ou Ianni, mas se devem, como ficou dito de saída, a pressupostos amplamente compartilhados na tradição marxista que dificultam a seus adeptos refletir sobre as noções de “povo” ou “nação”, na medida em que estas são tomadas como “ideológicas” no sentido de um falseamento da realidade.

Na argumentação que se segue, tomarei como paradigmáticas dessa vertente algumas passagens das obras, acima discutidas, de Weffort e Ianni que revelam de modo flagrante os pressupostos normativos da linha interpretativa em questão. Darei certo destaque ao primeiro pois, como se viu acima, sua perspectiva radicaliza a polarização entre a categoria de “classe”, de um lado, e as noções de “povo” e “nação”, de outro.

Francisco Weffort, no já citado primeiro capítulo de seu livro *O Populismo na Política Brasileira*, faz uma menção crítica ao discurso de posse de Miguel Arraes no governo de Pernambuco (1963), tomando-o como texto paradigmático do que denomina como “nacional-reformismo” ou “populismo

6 Os autores ressaltam que essa dicotomia entre “velhos” e “novos” trabalhadores seria compartilhada, com sinais valorativos trocados, tanto pela literatura acadêmica, quanto pelos ensaios da esquerda nacionalista argentina (MURMIZ; PORTANTIERO, 1969, p. 7-8).

ideológico” (WEFFORT, 2003, p. 39).⁷ As críticas do cientista político uspiano se centram no uso que o político pernambucano faz das noções de “povo” e “ser nacional”. Ao pensar os conflitos do Brasil de então a partir do prisma do nacionalismo, e ao propor o “povo” como unidade política, Arraes estaria elidindo as diferenças de classe (*ibid.*, p. 40).

Assim, Weffort repõe o tema marxista clássico do caráter “mistificador” ou “pequeno-burguês” das ideias de “nação” e “povo”. Aí estaria a armadilha ideológica do nacionalismo reformista, o qual teria confiado ao Estado, como entidade acima das classes, o papel de levar adiante as “reformas de base”, justamente em um período em que, em função do aguçamento dos conflitos sociais, diminuiria a margem de manobra do aparelho estatal (*ibid.*, p. 46). Essa confiança no Estado teria como base material a origem estatal desse nacionalismo, bem exemplificada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão gestado no interior do Ministério da Educação e concebido como difusor de uma “ideologia de Estado”, ou seja, destinada a glorificá-lo (*ibid.*, p. 45). Como resultado desse “pecado de origem”, o nacionalismo radical do pré-1964 seria apenas uma forma “ideológica” ou “sofisticada” do populismo, distinguindo-se, por isso, das formas “espontâneas” deste: como o “ademarismo” e o “janismo”. Estes últimos fenômenos se distinguiriam por um ideário mais difuso, o qual se expressaria por meio da exaltação da liderança personalista (*ibid.*, p. 38).⁸

Essa análise de Weffort teve uma grande influência em outras apreciações sobre o nacionalismo do período pré-1964, podendo-se afirmar que fizeram parte de um mesmo clima de opinião política e ideológica. Um bom exemplo é o da filósofa Marilena Chauí, em seus seminários sobre o “nacional e o popular” na cultura brasileira.⁹ Neste trabalho, a autora afirma abertamente que as noções de “povo” e “nação” estariam entre as formas ideológicas pelas quais o

⁷ Para a íntegra do discurso, consulte-se (ARRAES *apud*. DEBERT, 1979).

⁸ Para a leitura que o cientista político fez dos fenômenos do ademarismo e do janismo, cf. Weffort (1965).

⁹ A escolha de Chauí não me parece arbitrária, já que a filósofa fez parte, ao lado de Weffort, da fundação em meados dos anos 1970 do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), centro no qual a crítica ao “populismo” e ao papel do Estado e a correlata defesa da autonomia da sociedade civil e dos movimentos sociais tiveram lugar de destaque (LAHUERTA, 2001).

Estado procuraria ocultar as diferenciações e divisões instauradas pela sociedade capitalista, sobretudo as de classe, escamoteando-as sob uma aparência de identificação e universalidade (CHAUÍ, 1982, p. 61). Esse raciocínio fica ainda mais claro na seguinte passagem:

“A nação é pois a base material-territorial de que carece o capital para se desenvolver e, tal como o povo, é uma abstração política. Sendo a sociedade capitalista fundada numa divisão interna que efetua sua identidade pela contradição das classes, a representação da identidade como unidade e não contradição pede polos nos quais a imagem unificadora possa assentar-se. Esses polos são o povo, a nação e o Estado enquanto representações que produzem um imaginário social de identificação e ocultamento da divisão social como luta de classes” (*ibid.*, p. 35-36).

Seria esse fundo ideológico comum que, segundo a autora, estaria subjacente às representações de “povo” e nação” no Brasil, desde os integralistas dos anos 1930 até “o populismo de esquerda” do início dos 1960.

Já Octávio Ianni enfatiza como as lideranças burguesas e pequeno-burguesas da “esquerda reformista”, ao definirem a luta contra a oligarquia e o imperialismo como os conflitos principais, convenceriam o proletariado a “lutar contra os inimigos de seu inimigo”, isto é, a burguesia (IANNI, 1991, p. 139-140). Nesse sentido, haveria uma contradição entre as formas de consciência e ação política da classe operária e sua real inserção nas relações de produção (*ibid.*, p. 143-144).

Desse modo, o nacionalismo, o qual seria uma característica “essencial” dos “populismos latino-americanos”, fundamentaria a ideia de um “capitalismo nacional” e a “ficção” da existência de uma burguesia nacional (*ibid.*, p. 156). Como resultado, as classes trabalhadoras acabariam por aceitar sua subalternidade à burguesia, desenvolvendo uma ação política alienada e heterônoma (*ibid.*, p. 160). Assim, o nacionalismo reformista ocuparia, nos argumentos dos dois autores, o mesmo lugar: o de instrumento ideológico dos regimes populistas para iludir e submeter as massas, as quais seriam abandonadas pelas lideranças burguesas nos momentos de crise e radicalização.

As análises de Weffort e Ianni já foram alvo de muitas críticas. Para Daniel Aarão Reis, por exemplo, elas promoveriam, por meio da “teoria do populismo” uma radical incompreensão da riqueza da história brasileira no período 1945-

1964, pois reduziriam a experiência das classes trabalhadoras, cristalizadas nas tradições trabalhista e comunista, à manipulação e à heteronomia (REIS, 2001, p. 374-375). Já Milton Lahuerta aponta em Weffort e Chauí o equívoco, inspirado pela resistência à ditadura, de conceber a sociedade civil como radicalmente contraposta ao Estado. Nessa chave, ao contrário de Gramsci, para quem Estado e sociedade formariam uma “unidade na diversidade”, os autores uspianos criariam uma dicotomia, na qual a sociedade civil seria vista como “positiva” e o Estado como “negativo” (LAHUERTA, 2001, p. 73-74).

Porém, a crítica ao pressuposto de um antagonismo entre o conceito de classe e as noções de “povo” e “nação” não foi muito explorada pela bibliografia. Como se pode notar nas citações acima, as noções de “povo” e “nação” são tidas como sendo formas ideológicas, isto é, de “falsa consciência”, na medida em que encobririam o conflito entre capital e trabalho. Aqui é interessante fazer referência à crítica desenvolvida por Terry Eagleton ao conceito de consciência de classe na obra clássica do filósofo marxista húngaro Gyorgy Lukács, *História e Consciência de Classe* (LUKÁCS, 2003).¹⁰ Segundo ele, Lukács tenderia a assignar ou a adjudicar à cada classe em particular determinados conteúdos ideológicos como sendo expressões típicas de suas visões de mundo. Todavia, essa leitura da relação entre classe e ideologia seria difícil de conciliar com a percepção de que a ideologia, assim como as próprias classes, seria um fenômeno relacional. Nessa chave, haveria certos conteúdos ideológicos, como o nacionalismo, explicitamente citado pelo crítico inglês, que não pertenceriam *a priori* à nenhuma classe em particular, antes introduzindo um “pomo da discórdia” entre elas (EAGLETON, 2001, p. 96).

Tratar o nacionalismo como “ideologia burguesa”, destinada a ocultar o caráter de classe da sociedade, seria um bom exemplo de um raciocínio pelo qual tudo que não se encaixa no reducionismo classista é tratado como “falseamento” ou “aparência necessária” que ocultariam a “natureza” do real. Portanto, é preciso retomar os fundamentos teóricos que dificultam ao marxismo compreender as condições históricas e sociais concretas que subjazem às noções de povo e nação, obrigando-o a escamoteá-las sob o rótulo

¹⁰ A escolha não é de modo algum gratuita, na medida em que Lukács é explicitamente citado por Weffort, constituindo-se em uma das principais fontes das formulações do autor sobre o tema da consciência de classe. Cf. WEFFORT (1965, 2003).

de “aparência”. Nas linhas que se seguem tratarei mais especificamente do problema envolvendo as noções de “povo” e “popular”.¹¹

Para contornar esse beco sem saída da objetividade, é útil retomar formulações de correntes marxistas mais recentes e heterodoxas. Aqui merece destaque a contribuição do historiador inglês E. P. Thompson, o qual defendia a importância de se captar a experiência cultural e política compartilhada para que se entendesse a formação de uma classe em um dado contexto. Para o autor inglês, se a “experiência” de uma classe seria, até certo ponto, determinada pelas relações materiais de produção, sua “consciência”, entendida esta como a experiência de classe elaborada no nível da cultura, não estaria sujeita a mesma determinação. Dessa diferenciação entre “experiência” e “consciência”, Thompson chega ao conceito de “formação de classe”: ou seja, a ideia de que toda classe é um conjunto de relações históricas, portanto, um processo, e não uma “coisa” ou um conceito abstrato (THOMPSON, 1987, p. 9-10).

Esses aportes abalaram, no interior do campo marxista, as análises de tipo teleológica, as quais adjudicariam *a priori* às classes sociais determinados papéis políticos (GOMES, 2001, p. 43).

Já Adam Przeworski, partindo de bases teórico-metodológicas distintas das de Thompson, nega explicitamente a maior objetividade da identidade de classe, *vis-a-vis* outras identidades sociais. Para o então marxista analítico polonês, a identificação de um grupo de indivíduos como pertencendo a uma mesma classe é uma entre outras identidades possíveis – como são as de “cidadãos”, “consumidores”, “compatriotas”, “cristãos”, etc. – com as quais convive ou compete (PRZEWORSKI, 1989, p. 123).

Não quero, com essas referências, sustentar a ideia de que as identidades de classe são construções puramente subjetivas, sem lastro em condições materiais. Sustento, tão somente, que as classes, para se tornarem agentes políticos, devem ser política e culturalmente construídas, mas também que essa construção se dá por meio do recurso a símbolos e interpelações que não guardam relação imediata com a posição de classe: basta pensar, por exemplo, na importância

¹¹ O tema das dificuldades do marxismo para abordar a categoria de “nação” e o nacionalismo ultrapassa em muito os limites deste trabalho. Para duas abordagens que desde o marxismo procuram teorizar acerca da nação de modo inovador veja-se Anderson (1993) e Nairn (1983).

atribuída por Thompson (1987) ao papel central da religiosidade “não conformista” na formação do imaginário da classe operária inglesa.

Cabe agora questionar outra decorrência da oposição entre “classe” e “povo”. Quando Weffort afirma que Arraes, ao mobilizar a categoria de povo, obscurece os antagonismos de classe, está mobilizando um elemento-chave das críticas marxistas aos assim chamados “populismos, isto é, o “poli-classismo”.

Porém, cabe a pergunta: os sujeitos políticos capazes de transformar a ordem vigente não seriam necessariamente heterogêneos do ponto de vista classista? Dito de outro modo, existe política bem-sucedida sem “poli-classismo”? Creio que se pode, a partir de uma interpretação do pensamento de Antonio Gramsci, ensaiar uma resposta negativa. Esse parece ser o sentido de formulações como “vontade coletiva nacional-popular” ou “bloco histórico”, as quais apontariam para a necessidade de as classes que lutam pela hegemonia superarem seus horizontes econômico-corporativos, articulando seus interesses aos de outras classes, aliadas ou subalternas (GRAMSCI, 2002, p. 41-42).¹²

É verdade que a necessidade de alianças de classe já era reconhecida no marxismo russo do final do século XIX e início do XX, quando se cunhou o conceito de hegemonia. Porém, creio que a abordagem gramsciana da hegemonia eleva este reconhecimento a um novo patamar no interior do materialismo histórico:

“Pode-se dizer que um dos avanços mais significativos no desenvolvimento da teoria política marxista começa com a recuperação e o trabalho analítico sobre o conceito de hegemonia para, através desse caminho, reelaborar a problemática da constituição política das classes como sujeitos de ação histórica, nível ao qual só podem ascender na medida em que um processo de identidade, que parte do plano corporativo, é capaz de negar-se a si mesmo, progressivamente, e chegar à descorporativização” (PORTANTIERO; DE IPOLA, 1981, p. 7).

12 Com essa afirmação não quero sugerir que Gramsci fosse um autor nacionalista, o que obviamente não era o caso. Segundo Portantiero (1987, p. 48), a noção de “nacional-popular” teria sido formulada por Gramsci para pensar os dilemas da cultura italiana de um ponto de vista crítico, tanto ao cosmopolitismo, como ao nacionalismo. O que deseja enfatizar é que, ao propor a necessidade da formação de uma “vontade coletiva nacional-popular” como condição para constituição de um sujeito político subalterno com capacidade hegemônica, o marxista sardo apontaria para a necessidade da superação dos horizontes corporativistas da consciência de classe (PORTANTIERO, 1987, p. 49).

Ou ainda, segundo Eagleton (2001, p. 113), um movimento revolucionário eficaz deveria ser uma complexa aliança entre forças heterogêneas, cuja visão de mundo resultaria de uma “síntese transformadora” de seus componentes ideológicos, incorporados em uma “vontade coletiva”. Daí se poderia concluir que as classes não são atores que, pré-constituídos no plano social, se exprimem de maneira transparente na esfera política, por meio de partidos por elas criados.

Essa constatação implica na necessidade de uma radical revisão da visão marxista tradicional, segundo à qual, à cada classe deveria corresponder uma expressão política própria, em uma correlação linear entre classes/partidos/Estado: “Isso implica uma superação da forma clássica de tratar as ‘alianças de classes’, amiúde entendidas como agregados mecânicos de realidades sociais pré-constituídas que ‘pactuavam’ por meio de representações políticas, a constituição de uma ‘frente’” (PORTANTIERO; DE IPOLA, 1981, p. 7).

Contudo, como compatibilizar o reconhecimento da necessidade de sujeitos políticos socialmente heterogêneos com o reconhecimento dos antagonismos de classes? Ernesto Laclau, como se verá melhor adiante, fazendo uma apropriação criativa do conceito althusseriano de “sobredeterminação” (ALTHUSSER, 1973), sustenta que se as classes se constituem a partir das relações sociais de produção, as formações sociais concretas em que tais classes se exprimem politicamente são articuladas no plano ideológico-discursivo. Daí que “povo” e “classe” exprimiriam contradições de níveis distintos, porém irreduzíveis uma a outra (LACLAU, 1977, p. 195). Com base nessa sugestão, minha hipótese é a de que qualquer movimento de esquerda bem-sucedido, reformista ou revolucionário, teve que fazer um apelo político que transcendesse os limites de uma classe específica.¹³ Como se viu acima, a concepção prevalecente no movimento comunista acerca das alianças entre classes formulava o problema

¹³ Laclau, em trabalho mais recente, aponta como, no interior da tradição comunista, uma variedade de experiências políticas muito diferentes entre si – como o PCI de Togliatti, a “Longa Marcha” de Mao, ou o regime de Tito – procuraram reconstruir o “povo”, por meio da articulação de uma heterogênea gama de demandas particulares, o que contrariaria a tendência obreirista e cosmopolita dessa tradição (LACLAU, 2005, p. 184). Przeworski (1989), por seu turno, discute o dilema dos socialdemocratas da Europa ocidental, divididos entre manter-se nos limites do operariado e ver frustradas suas chances de chegar ao poder, ou, por outro lado, ampliar seu apelo às classes médias e descaracterizarem-se como partidos operários.

apenas no terreno da tática, pressupondo a separação organizacional como forma de conservar a “pureza” de classe dos diferentes atores. O problema de não levar a necessária heterogeneidade social dos sujeitos políticos à consciência teórica, é que os pressupostos limitam ou bloqueiam a criatividade política. Dessa maneira, muitos dos percalços da esquerda no século XX poderiam ser explicados pelo fato, sempre negado pelos pressupostos teóricos ortodoxos, de que as massas “irrompem na história”, sob a forma de “povo” (BALAKRISHNAM, 2001, p. 210).

Em uma formulação mais precisa, Enrique Dussell, partindo de elaborações de Ernesto Laclau, define a categoria de “povo” como um ator “contra-hegemônico” que se constitui em oposição ao bloco de forças hegemônico em uma dada formação social (DUSSELL, 2007). Entre as distintas formas de dominação que poderiam dar origem a um ator popular estaria a exploração do trabalho pelo capital, porém sua centralidade não seria dada *a priori*, mas dependeria das relações sociais constitutivas da formação social em questão.

Em outras palavras, se o “policlassismo” é inerente à ação política que não seja uma ação de gueto, o problema está em definir qual policlassismo e para que. Dito de outro modo: quais os objetivos históricos da aliança e quem entra nela?

Essa pergunta remete novamente à noção de “povo”, a qual indica a construção de um sujeito coletivo poli-classista, mas seria um equívoco pensar que tal sujeito é a negação da luta de classes, ou de qualquer conflito social, como supõe a análise, já citada, que Weffort faz do discurso de Arraes. O equívoco está em caracterizar de modo *apriorístico* o papel histórico das classes, prescrevendo, a cada uma, posições pré-determinadas no processo político, raciocínio que se opõe justamente às ponderações realizadas até aqui sobre a relação entre as classes e a política.

Mais frutífero seria pensar a noção de “povo” como sendo um conjunto de interpelações discursivas, cujos conteúdos seriam disputados por distintas forças político-ideológicas, vinculadas a diferentes posições de classe. Nesse sentido:

“(…) a ideologia é antes um campo de significado complexo e conflitivo, no qual alguns temas estariam ligados à experiência de classes particulares, enquanto outros estarão ‘mais à deriva’,

empurrados hora para um lado, hora para o outro pelos poderes contendores. A ideologia é um domínio de contestação e negociação, em que há um tráfico intenso e constante: significados e valores são roubados, transformados, apropriados através das fronteiras de diferentes classes e grupos, cedidos, recuperados reinfletidos” (EAGLETON, 2001, p. 96).

Esse modo de formular o problema confere centralidade ao papel do discurso e da linguagem para pensar os conflitos políticos, distanciando-se, pois, de perspectivas economicistas. Será justamente essa sugestão, suas potencialidades e limites, que explorarei a seguir.

Dentre os autores que mobilizaram a análise do discurso para pensar o populismo, destacam-se os trabalhos do argentino Ernesto Laclau.¹⁴ Intelectual de formação marxista, mas ligado a “esquerda nacional” ou “marxismo nacional”, correntes que se aproximavam do peronismo, o próprio Laclau já afirmou que suas leituras de autores como Althusser ou Gramsci sempre teriam sido políticas e não dogmáticas, pois seriam filtradas por sua experiência argentina (MUNK, 2007, p. 164).

Em sua primeira incursão no assunto, Laclau começa criticando as abordagens que consideram o populismo como um tipo de movimento político com uma base social específica. Diante da impossibilidade de reduzir a grande variedade de grupos sociais que apoiaram os diversos tipos de populismo – os quais iriam do *narodnichetsvo* russo, ao varguismo, passando pelo *People’s Party* (Estados Unidos) –, os adeptos dessa vertente se veriam obrigados a inverter o procedimento e caracterizar a base de apoio de um movimento a partir da denominação “populista”, ou então recusar qualquer validade ao conceito e reduzir a interpretação dos fenômenos a sua inserção classista (LACLAU, 1977, p. 144-145).

Para o autor argentino, esse impasse seria apenas aparente, fruto da confusão entre a noção genérica da determinação da superestrutura pelas

14 A abordagem do populismo proposta por Laclau, embora menos conhecida no Brasil que as de Weffort e Ianni, não deixou de influenciar estudiosos brasileiros. Dois exemplos são os trabalhos de Guita Debert – que procura conciliar a interpretação do primeiro com a dos últimos – e o de Miguel Bodea, que emprega a formulação do teórico argentino como alternativa as dos sociólogos paulistas. Cf. Debert (1979) e Bodea (1992).

relações de produção com as formas concretas de expressão política e ideológica das classes sociais.

Partindo dessa distinção, Laclau sustenta que não se deveria associar a consciência de uma classe a conteúdos ideológicos específicos, mas sim ao “princípio articulador” de uma série de interpelações que não estariam vinculadas a nenhuma classe em particular. Dessa forma, uma classe seria hegemônica, não tanto na medida em que impusesse como universais seus conteúdos ideológicos às demais classes, mas sim se articulasse ao seu discurso elementos ideológicos das classes dominadas, neutralizando o potencial antagonismo de tais elementos e, inversamente, uma classe subalterna disputaria a hegemonia, justamente, desenvolvendo o antagonismo contido nas interpelações de seu discurso ideológico (*ibid.*, p. 162).

Uma dessas interpelações não-classistas seria constituída, justamente, pela noção de “povo”. O “povo” expressaria um antagonismo cuja inteligibilidade estaria, não nas relações de produção, mas nas relações de dominação políticas e ideológicas constitutivas de uma dada formação social. Isso explicaria porque as tradições populares, constituídas contra a dominação em geral, perdurariam mais do que as relações de classe. Contudo, devido à já referida determinação “em última instância”, essas mesmas interpelações populares só se expressariam concretamente vinculadas a determinados discursos de classe. Desse modo, embora a noção de “povo” não remeta a nenhum conteúdo ideológico classista, a depender de sua articulação com outros conteúdos discursivos, ela poderia expressar a ideologia de diferentes classes (*ibid.*, p. 166-167).

Nessa chave, os elementos popular-democráticos não constituiriam uma ideologia ou discurso próprios, mas sim seriam articulados em diferentes ideologias. O populismo seria, justamente, uma forma específica de articulação dos conteúdos popular-democráticos, pela qual tais interpelações seriam apresentadas como uma totalidade antagônica à ideologia dominante (*ibid.*, p. 172-173). As condições para a emergência desse modo de articulação se dariam em momentos de crise da capacidade do bloco de poder de neutralizar os antagonismos das classes subalternas, ou seja, uma crise do transformismo (*ibid.*, p. 175). Tal “momento populista” poderia, a depender da própria dinâmica da crise e das especificidades da formação social, ser apropriado por diferentes classes. Assim, uma fração das classes dominantes, interessada em

reorganizar o bloco no poder ou as estruturas do Estado, poderia estimular o antagonismo entre as interpelações populares e a ideologia dominante, ou, por outro lado, uma classe subalterna, poderia apelar a esse mesmo antagonismo entre o “povo” e o bloco de poder num sentido revolucionário (*ibid.*, p. 174).¹⁵

O autor critica as leituras clássicas do populismo, tanto da teoria da modernização (como as de Germani e Di Tella), quanto as marxistas (de Weffort e Ianni). A ambas vertentes objeta que o populismo não pode ser tido, nem como estágio do desenvolvimento político, nem como superestrutura de uma fase da acumulação de capital (*ibid.*, p. 153 e 177).

Para ele, os populismos latino-americanos resultariam de uma crise dos blocos de poder e, conseqüentemente, do transformismo, ocorridas com o declínio da dominação oligárquica e da economia primário-exportadora. Não apenas a ideologia liberal oligárquica não seria mais capaz de neutralizar as interpelações popular-democráticas, como surgiriam novos grupos dominantes, ligados à industrialização, interessados em reformar as estruturas de poder.

Passarei agora à análise de uma outra proposta que, ainda que também defina o populismo como forma discursiva, chega a conclusões substantivas opostas às de Laclau: aquela desenvolvida no artigo de Juan Carlos Portantiero e Emilio de Ipola. Os dois autores problematizam a definição proposta por Laclau do populismo como uma forma de articulação das interpelações popular-democráticas como um todo antagônico à ideologia do bloco de poder:

“Ocorre, porém, que (...), a expressão ‘bloco de poder’ é, ao mesmo tempo, pertinente e problemática. Pertinente porque, com efeito, a emergência dos processos e movimentos populistas tem sido constitutivamente marcada, no plano ideológico, pela afirmação desse antagonismo. Problemática, porque, assim formulado, o antagonismo em questão deixa de pé (isto é, abre sem resolvê-lo) o já mencionado problema da relação entre populismo e socialismo” (PORTANTIERO; DE IPOLA, 1981, p. 17).

15 Laclau argumenta, de forma provocativa, que a fusão entre socialismo e populismo não seria uma forma atrasada de ideologia do proletariado, mas sim a mais avançada, na medida em que só articulando as interpelações popular-democráticas ao socialismo poderia o proletariado lutar pela hegemonia (LACLAU, 1977, p. 174). Da mesma maneira, na medida em que o populismo seria o desenvolvimento do antagonismo entre o “povo” e o bloco de poder, o socialismo seria a forma mais radical de populismo (*ibid.*, p. 196-197).

Assim, o centro da crítica dos dois autores à contribuição de Laclau está na questão da continuidade ou ruptura, tanto teórica, como histórica, entre populismo e socialismo: “(...) ideológica e politicamente não há continuidade mas sim ruptura entre populismo e socialismo” (*ibid.*, p. 9)

Segundo a argumentação desenvolvida ao longo do texto, o populismo e o socialismo representariam duas formas antagônicas de articulação do “nacional-popular”. Para Portantiero e De Ipola, ainda que seria inegável que o populismo, surgindo em momentos de crise de hegemonia, articularia as interpelações democrático-populares em oposição a blocos de poder específicos e que, por isso mesmo, representaria um avanço em termos da “nacionalização” e “cidadanização” das camadas subalternas, ele o faria fetichizando tais interpelações no Estado e na figura do líder. Assim, o populismo representaria uma identificação do “nacional-popular” com o “nacional-estatal”, ao contrário do socialismo, que, pelo menos em teoria, representaria uma rejeição do Estado. Por trás de ambas as formas de articulação das interpelações populares estariam duas maneiras distintas de construção da hegemonia: no caso do populismo, uma forma “organicista” e, no do socialismo, uma modalidade “pluralista”.

Segundo os autores, para que se pudesse postular uma continuidade entre populismo e socialismo seria preciso defini-lo como um antagonismo, não com um bloco de poder específico mas com o princípio de dominação como tal, cuja forma por excelência seria o Estado. Porém:

“Tendemos, sem dúvida, a pensar que, o que essa substituição ganha em coerência teórica, perde em pertinência histórica. Já que, com efeito e como já assinalamos anteriormente, nenhum populismo real foi ideológica ou politicamente antiestatal, muito pelo contrário, sempre deram ao Estado um papel, ao mesmo tempo positivo e central, de nenhum modo provisório ou destinado a ser superado historicamente” (*ibid.*, p. 18).

Daí o termo “populismos realmente existentes”, presente no título. A alusão à expressão, “socialismo realmente existente”, corrente na época para designar os regimes do leste europeu, é óbvia. Para Portantiero e De Ipola, se os socialismos realmente existentes compartilhavam com os populismos um culto fetichizado ao Estado, seria a própria teoria socialista, cujos fundamentos seriam democráticos e pluralistas, que permitiria a crítica a tais experiências.

Assim, enquanto no caso do socialismo haveria uma incongruência entre teoria e prática, o mesmo não ocorreria no caso dos populismos.

Fica claro, ao se comparar os argumentos de Laclau, por um lado, e de Portantiero e De Ipola, por outro, que, além de partirem de distintas apropriações do pensamento gramsciano, os autores também possuem divergências políticas substantivas. Como já disse acima, Laclau se formou politicamente na chamada “esquerda nacional” argentina, isto é, na fração da esquerda que se associou historicamente ao peronismo. Já Portantiero, parte de um grupo gramsciano expulso do Partido Comunista Argentino na década de 1960, viu, em um primeiro momento, com simpatia o peronismo como fenômeno de oposição. Mais tarde, influenciado pela valorização da democracia feita pela vertente “eurocomunista”, e sob o impacto da experiência das ditaduras no cone sul, o autor passou a ver criticamente o papel do peronismo e da esquerda peronista no cenário político argentino.¹⁶

Aliás, os dois textos de Portantiero aqui discutidos – (MURMIZ; PORTANTIERO, 1969 e PORTANTIERO; DE IPOLA, 1981) – refletem bem esses dois momentos e a mudança de posição que ocorre de um para o outro.

Quanto à argumentação do segundo texto sobre a descontinuidade entre populismo e socialismo, quero apresentar aqui uma importante reserva. É curioso notar que, logo no início do texto, os autores apontam o “castrismo” e o “sandinismo” como experiências revolucionárias “bem sucedidas”, ao romperem a dicotomia entre nacionalismo e socialismo (*ibid.*, p. 7). Porém, ambos fenômenos não deixam de ter um lastro em tradições políticas locais que poderiam ser qualificadas como “populistas”, o que certamente não escapou à atenção dos autores. Em outro texto, Portantiero afirmou que o castrismo, ao “superar” o populismo, se colocaria no mesmo universo discursivo das lutas populares anteriores na região: o do “nacionalismo democrático” (PORTANTIERO, 1990, p. 339).

Ora, supondo que o autor esteja empregando o conceito hegeliano-marxista de superação entendida como negação/incorporação/superação, se o castrismo pode ser uma “superação” do populismo, ele não deixa de conservar algo dessa

¹⁶ Para uma apresentação sintética da trajetória dos “gramscianos argentinos”, ver Aricó (1987). Para uma discussão mais detalhada, veja-se Aricó (1988).

origem. Sendo assim, a descontinuidade ou ruptura entre “populismo” e “socialismo” não pode, a meu ver, ser postulada em termos tão radicais.

Se a afirmação de Laclau de que o “socialismo populista” seria a forma mais “avançada” e não a mais “atrasada” de socialismo é exagerada, a defesa, por parte de Portantiero e De Ipola, de uma ruptura, tanto no plano teórico, como no histórico, entre ambos os polos, acaba por recair no equívoco oposto.

Por trás dos problemas implicados em ambas as posições, me parece estar uma dificuldade que diz respeito à própria formulação do conceito de populismo. Se as abordagens histórico-estruturais têm como problema a tentativa de erigir o populismo em chave explicativa de uma fase ou momento histórico das formações sociais latino-americanas, as interpretações discursivas acabam recaindo no vício contrário: o de produzir definições demasiadamente formais e amplas, principalmente no caso das contribuições de Laclau.

Se é inegável que o filósofo político argentino elevou o debate sobre o populismo a um grau de elaboração teórica até então desconhecido nesse campo de estudos, também é verdadeiro que, ao pretender levar a sério a amplitude de usos que o termo possui, ele acaba perdendo em poder explicativo ou interpretativo, na medida em que uma gama demasiadamente ampla de fenômenos políticos e históricos é definida a partir de um conceito formal. Para Marco D’Eramo (2013, p. 9), ainda que a definição do populismo como uma retórica, empregada de distintos modos em diferentes contextos, seja atraente, no fundo ela apenas registra a polissemia inerente ao termo, remetendo-a ao emissor.

Retome-se por um momento a pergunta com a qual Laclau abre seu primeiro estudo sobre o populismo: o que haveria de comum entre o *People’s Party*, o *Narodnichetsvo* e o varguismo? Talvez a resposta seja, simplesmente a seguinte: muito pouco ou nada que justifique que todos esses fenômenos sejam abarcados sob um mesmo rótulo.

Isso não significa, todavia, que a abordagem discursiva deva ser inteiramente descartada. Uma contribuição dessa perspectiva que merece particular atenção é a definição do “povo” como construção de uma força antagônica em relação a um bloco de poder e, pelo menos potencialmente, contra-hegemônica, por meio da articulação de interpelações popular-democráticas presentes no imaginário dos grupos subalternos.

O problema me parece ser a necessidade de chamar essa construção política de “populista”. Por que não, como propôs Dussell (2007), falar simplesmente em articulação ou construção do “povo” ou do “popular”?

Como se viu acima, ainda que os adeptos de uma abordagem discursiva contribuam para um melhor entendimento da noção de “povo” e seus usos variados e contraditórios no vocabulário político, sua definição de populismo é demasiadamente formalista e a-histórica.

Assim, adotar uma leitura do populismo baseada no que denominei como abordagem discursiva implicaria, como sustentou o historiador inglês Ian Roxborough, em abandonar o conceito como “teoria” ou chave explicativa da política latino-americana, uma vez que o populismo como forma discursiva abrangeria diversas constelações político-ideológicas, em situações históricas igualmente variadas (ROXBOROUGH, 1984, p. 14). Seguindo a sugestão de Alberto Aggio, creio que o populismo é inadequado como teoria explicativa dos processos de modernização do subcontinente, na medida em que conduz a uma leitura do percurso histórico da região que aponta na presença do Estado na vida social e econômica o seu maior problema, perdendo-se de vista a complexidade de tal processo (AGGIO, 2003, p. 162-163). Assim, ao contrário de categorias como “subdesenvolvimento”, “dependência”, “via prussiana” ou “revolução passiva”, o conceito de populismo, como formulado pela abordagem histórico-estrutural me parece inadequado para compreender as contradições das formações sociais latino-americanas. Como sugere D’Eramo, (2013, p. 9) o populismo não é uma autodesignação de um movimento político determinado, mas o rótulo que sobre ele impingem seus adversários. Ou ainda, dito de outro modo: “populista é sempre o outro” (FERREIRA, 2001, p. 124). Nessa chave, o termo, se não diz muito sobre os partidos, lideranças e ideologias que procura caracterizar, diz muito sobre as agremiações, políticos e intelectuais que o empregam para rotular seus oponentes, ou aqueles fenômenos políticos e sociais que não logram compreender. Retomando a afirmação de Cannovan, citada no início deste artigo, os usos do “populismo” dizem muito da perplexidade dos intelectuais diante das formas pelas quais o “povo” intervém na arena política. Os problemas e impasses suscitados em torno do populismo no marxismo latino-americano parecem ser uma confirmação exemplar desse raciocínio.

Referências bibliográficas

- AGGIO, A. A emergência das massas e a teoria do populismo na América Latina. In: Aggio, A. e Lahuerta, M. (org.). *Pensar o século XX: política e história na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2003.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. Lisboa: 70, 1993.
- ALTHUSSER, L. *La revolución teórica de Marx*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.
- ARRAES, M. *Discurso de posse. Pronunciado perante a Assembléia Legislativa de Pernambuco em 31/1/63*. In: Deberkt, G. 1979. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- ARICÓ, J. Uma geografia de Gramsci na América Latina. In: COUTINHO, C. N.; Nogueira, M. A. (org.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *La cola del diablo: un itinerario de Gramsci en America Latina*. Caracas: Nueva Sociedad, 1988.
- AUTOR NÃO IDENTIFICADO. O que é o ademarismo? *Cadernos do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 129-149, 1954.
- BALAKRISHNAM, G. “A imaginação nacional”. In: Balakrishnam, G (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- BODEA, M. *Trabalhismo e Populismo: o caso do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- CANNOVAN, M. *Populism*. Nova Iorque: Harcour-Brace-Jovanovich, 1981.
- CARDOSO, F. H.; FALLETO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.
- Debert, G. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- D’ERAMO, M. Populism and The New Oligarchy. *New Left Review*, n. 82, julho-agosto, p. 6-28, 2013.
- DI TELLA, T. S. *Para uma política Latino-americana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- DUSSELL, E. *5 tesis sobre el populismo*. Conferência proferida na Universidad Autonoma Metropolitana do México (UAM), campus Iztapalapa, 2007.
- EAGLETON, T. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2000.

- FERREIRA, J. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: Ferreira, J. (org.). *O populismo e sua história, debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GERMANI, G. *Política e sociedade em uma época de transformação*. São Paulo: Mestre Jou, 1974.
- GOMES, A. O Populismo nas ciências sociais brasileiras: a trajetória de um conceito. In: Ferreira, J. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3
- IANNI, O. *Formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. *O colapso do populismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- KAYSEL, A. 2014. *Entre a nação e a revolução: o marxismo de matriz comunista e o nacionalismo popular no Peru e no Brasil (1928-1964)*. [Tese de doutorado] Programa de Pós-graduação em Ciência Política da USP, São Paulo: FFLCH-USP, 2014.
- LACLAU, E. *Ideology and Politics in The Marxist Tradition: capitalism, fascism and populism*. Londres: New Left Review, 1977.
- _____. *On Populist Reason*. Londres-Nova York: Verso, 2005.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and Socialist Strategy*. Londres-Nova Iorque: Verso, 2001.
- LAHUERTA, M. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*, v. 8, n. 14-15, 2001.
- LOVE, J. Economic Ideas and Ideologies in Latin America Since 1930. In: Bethell, L. (org.). *Ideas and Ideologies in 20th Century Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MACKINNON, M. M.; PETRONE, M. A. Los complejos de la senicienta. In: MACKINNON, M. M.; PETRONE, M. A. (org.). *Populismo y neopopulismo en América Latina: los complejos de la senicienta*. 2^a. edição. Buenos Aires: Eudeba, 2011.
- MARX, K. *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. Lisboa: Edições Avante!, 1984.
- MITRE, A. As peregrinações de um conceito: populismo na América Latina. *Cadernos de História PUC-Minas*, v. 10, n. 13, p. 1-15, 2008.

- MUNK, R. Marxism in Latin America/ Latin American Marxism? In: Glaser, D.; Walker, D. M. (org.). *20th Century Marxism: A Global Introduction*. Londres/Nova Iorque: Routhledge, 2007.
- MURMIZ, M.; PORTANTIERO, J. C. *El movimiento obrero y las orígenes del peronismo*. Buenos Aires: Instituto Torquato Di Tella, 1969.
- NAIRN, T. *The Break-UP of Britain: crisis and neo-nationalism*. Londres: Verso, 1981.
- PORTANTIERO, J. C.; DE IPOLA, E. Lo nacional-popular y los populismos realmente existentes. *Nueva Sociedad*, n. 54, p.7-18, maio-junho 1981.
- RAMOS, A. G. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1961.
- REIS, D. A. O Colapso do Colapso do Populismo: ou a propósito de uma herança maldita. In.: FERREIRA, J. (org.). *O Populismo e Sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- ROXBOROUGH, I. Unity and diversity in Latin American History. *Latin American Studies*. Cambridge, v. 16, n. 1, p. 1-26, maio 1984.
- THOMPSON, E. P. *Formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, 1987.
- VIANNA, L. W. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- WEFFORT, F. C. A Democracia e o movimento operário. *Revista de Cultura Contemporânea*. n. 1, 1978a.
- _____. Democracia e o movimento operário. *Revista de Cultura Contemporânea*. n. 2, 1978b.
- _____. A democracia e o movimento operário. *Revista de Cultura e Política*, n. 1. 1979.
- _____. Bases sociais do populismo em São Paulo. *Civilização Brasileira*, n. 2., 1965.
- _____. *O populismo na política brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.